

AB BE PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ Nº 08.568.341/0001-70

Relatório da Administração

Dando cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas, clientes, fornecedores e à sociedade em geral este relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, acompanhados do relatório dos auditores independentes. A Companhia é uma holding pura, auferindo seus resultados por meio de participações indiretas em sociedades atuantes no segmento da geração e da comercialização de energia elétrica. Algumas dessas sociedades investidas são operacionais; outras, ainda não. No contexto geral do setor elétrico brasileiro, devem ser destacados os efeitos mercadológicos do forte crescimento da geração de energia elétrica de fontes renováveis no país, especialmente solar e eólica, em particular nessa última fonte de energia, que tem associado expressivos subsídios governamentais de encargos e impostos, com uma forte redução de preços de placas fotovoltaicas. Isso vem provocando uma sobre oferta de energia no mercado, baixando os preços a patamares que deixam de remunerar adequadamente os ativos em operação e inviabilizam os novos empreendimentos. Ainda assim, fruto de uma estratégia que se mostrou acertada ao longo dos tempos, a Companhia auferiu lucro líquido no exercício de 2025 e deu continuidade aos seus investimentos no setor, conforme fica evidenciado nas demonstrações financeiras que ora são apresentadas. Recife – PE. A Diretoria.

Diretores:

Antônio Luiz de Almeida Brennand.
André Lefki Brennand.

Amilton Queiroz da Silva
Contador - CRC PE - 013330/O-3

AB BE Participações S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da
AB BE Participações S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AB BE Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AB BE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 29 de abril de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 8 de junho de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PE

Matheus M. Maia

Matheus Mezer Maia
Contador
CRC nº 1 CE 027557/O-4

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		3	7
Dividendos a receber	3	1.805	10.279
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.808	10.286
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	4	140.637	129.216
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		140.637	129.216
TOTAL DO ATIVO		142.445	139.502
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Dividendos propostos e a pagar	7	527	98.403
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		527	98.403
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	5	16.719	16.719
Outras contas a pagar	6	5.569	5.570
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.288	22.289
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7		
Capital social		111.612	250
Reservas de lucros		8.018	18.560
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.630	18.810
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.445	139.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Resultado de equivalência patrimonial	4	31.842	20.558
Outras despesas operacionais		(4)	(2)
		31.838	20.556
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		31.838	20.556
Lucro por ação - R\$		31.837,56	20.556,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	31.838	20.556
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>31.838</u>	<u>20.556</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	250	50	15.009	3.093	-	18.402
Distribuição de dividendos	-	-	(15.009)	-	-	(15.009)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	20.556	20.556
Destinação do lucro						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(5.139)	(5.139)
Dividendos adicionais propostos	-	-	15.417	-	(15.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	250	50	15.417	3.093	-	18.810
Distribuição de dividendos	7	-	(15.417)	-	-	(15.417)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	31.838	31.838
Destinação do lucro	7					
Reserva legal	-	1.592	-	-	(1.592)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(1.615)	(1.615)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(527)	(527)
Dividendos adicionais propostos	-	-	6.426	-	(6.426)	-
Aumento de capital	111.362	(50)	-	(3.093)	(21.678)	86.541
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	111.612	1.592	6.426	-	-	119.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		31.838	20.556
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO DO PERÍODO			
Resultado de equivalência patrimonial	4	(31.842)	(20.558)
		(4)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4)	(2)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos		14.116	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		14.116	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de mútuos com partes relacionadas		-	5
Dividendos pagos		(14.116)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(14.116)	5
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4)	3
Caixa e equivalentes de caixa			
No final do exercício		3	7
No início do exercício		7	4
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(4)	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AB BE PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A AB BE Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Recife/PE, que tem como objeto social a participação em outras sociedades no segmento de geração de energia elétrica e a aplicação de recursos financeiros próprios em valores mobiliários, bens móveis e imóveis.

A Companhia detém 10% do capital social da Brennand Energia S.A. que está avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

O exercício social da Companhia compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão em reunião da diretoria realizada em 8 de junho de 2026.

2.1. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, respectivamente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do Balanço.

A tributação sobre o lucro da Companhia tem por base o “Lucro Presumido”. Os tributos incidentes são reconhecidos e registrados com base no Princípio da Competência.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia são classificados como empreendimentos controlados em conjunto conforme termos e condições estabelecidos nos atos societários e no acordo de acionistas, e são reconhecidos com base no método da equivalência patrimonial, através do qual a participação societária no empreendimento controlado em conjunto é apresentada na Demonstração do Resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro ou prejuízo líquido atribuível à Companhia.

A Companhia determina, a cada término de exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento no empreendimento controlado em conjunto sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for constatado, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do empreendimento controlado em conjunto e o valor contábil e reconhece o montante dessa perda na Demonstração do Resultado.

2.4. Perda pela redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda estimada pela desvalorização do ativo, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida em 2025 e 2024.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.7. Novos pronunciamentos e interpretações contábeis

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, são os seguintes:

Alterações nas normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, decorrentes da aplicação da IFRS 18 / CPC 51, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como NBC TG 51. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este normativo em suas Demonstrações Contábeis.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com datas de vigência estabelecidas em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. DIVIDENDOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo de dividendos a receber, correspondente ao saldo residual de períodos anteriores e ao valor a receber dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	10.279	10.007
Dividendos de anos anteriores	4.500	-
Dividendos intercalares	14.116	-
Dividendos a receber	1.805	10.279
Dividendos recebidos pela Companhia	(14.116)	-
Dividendos recebidos da controlada diretamente pelo acionista	(14.779)	(10.007)
Saldo final	<u>1.805</u>	<u>10.279</u>

4. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	129.216	118.937
Resultado de equivalência patrimonial	31.842	20.558
Dividendos de anos anteriores	(4.500)	-
Dividendos intercalares	(14.116)	-
Dividendos a receber	(1.805)	(10.279)
Saldo final	<u>140.637</u>	<u>129.216</u>

b) Informações sobre a investida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Capital social	575.279	575.279
Patrimônio líquido	1.406.372	1.292.162
Resultado do período	318.419	205.586
Quantidade de ações possuídas	2.401	2.401
% de participação	10%	10%
Resultado de equivalência patrimonial	<u>31.842</u>	<u>20.558</u>
Saldo do Investimento	<u>140.637</u>	<u>129.216</u>

5. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo		
Não Circulante		
Partes relacionadas		
Débitos com acionistas	<u>16.719</u>	<u>16.719</u>
	<u>16.719</u>	<u>16.719</u>

Não incidem encargos financeiros sobre as dívidas que a Companhia mantém junto aos acionistas, pessoas físicas. Essas dívidas não possuem vencimento estipulado.

6. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Referem-se a valores a pagar pela Companhia decorrentes da aquisição de ações que pertenciam aos seus acionistas, partes relacionadas pessoas físicas, no montante de R\$ 5.570, sem incidência de juros. Essas dívidas não possuem vencimento estabelecido.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da AB BE Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 111.612 (2024: R\$ 250), representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 111.362, sem emissão de novas ações, por meio da capitalização de valores registrados no patrimônio líquido e de créditos de dividendos dos acionistas. O aumento de capital foi composto por R\$ 50 oriundos da reserva legal, R\$ 3.093 de lucros acumulados, R\$ 86.541 referentes a dividendos de acionistas e R\$ 21.678 provenientes do lucro do exercício corrente, apurado com base em balanço intercalar.

b) Reservas de lucro

i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

ii) Dividendos adicionais propostos

A Administração irá propor à deliberação da Assembleia Geral o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, no valor de R\$ 6.426, relativo à distribuição da parcela remanescente do lucro líquido do exercício corrente.

c) Destinação dos lucros

O Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do período, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do período	31.838
Reserva legal - 5%	(1.592)
Aumento de capital	(21.678)
Base de cálculo para distribuição	<u>8.558</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>2.142</u>

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar é a seguinte:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	98.403	88.262
Dividendos aprovados de anos anteriores	15.417	15.009
Dividendos pagos pela Companhia	(14.116)	-
Dividendos pagos pela controlada diretamente ao acionista	(14.778)	(10.007)
Aumento de capital	(86.541)	-
Dividendos intercalares - mínimos obrigatórios	1.615	-
Dividendos complementares - mínimos obrigatórios	527	5.139
Saldo final	<u>527</u>	<u>98.403</u>

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, dividendos a receber e a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía em aberto operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativo.

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia não contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos.